



Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4ª Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, do Banco Bradescard S.A. (Bradescard ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradescard atua no mercado de serviços financeiros, com destaque no crédito ao consumo por meio da emissão e gestão de cartões de crédito *private label*, cartões de crédito das bandeiras MasterCard, Elo e Visa, e produtos de crédito pessoal.

A segmentação de mercado reúne clientes de um mesmo perfil, com foco na qualidade do relacionamento, o que possibilita atendimento diferenciado e ganhos crescentes de produtividade e rapidez, produzindo, ainda, maior flexibilidade e competitividade na execução da estratégia de negócios, dimensionando as operações, em termos de qualidade e especialização.

Integrante das empresas da Organização Bradesco, o Bradescard, no segmento de cartões, fortalece o financiamento do consumo por meio de diversas parcerias com redes de varejo.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
Ativo	Nota	2022	2021	
Disponibilidades	4	3.246	3.065	
Instrumentos Financeiros		11.272.375	12.287.597	
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	5a	514.932	2.642.854	
- Títulos e Valores Mobiliários.....	6	13	11	
- Operações de Crédito.....	7	3.609.855	3.214.238	
- Outros Instrumentos Financeiros.....	8	7.147.575	6.430.494	
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7h	(1.687.481)	(1.499.552)	
- Operações de Crédito.....		(1.390.033)	(1.183.399)	
- Outros Créditos.....		(297.448)	(316.153)	
Créditos Tributários	24c	1.527.285	1.503.347	
Investimentos em Coligadas	9	157.230	143.139	
Imobilizado de Uso	10	40.677	40.178	
Intangível	11	3.190.607	1.340.855	
Depreciações e Amortizações		(1.206.481)	(1.015.971)	
- Imobilizado de Uso.....	10	(38.657)	(38.493)	
- Intangível.....	11	(1.167.824)	(977.478)	
Outros Ativos	12	1.914.803	1.743.557	
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	11	(18.104)	(227.870)	
Total do Ativo		15.194.157	14.318.345	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				
	Nota	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021
Receitas da Intermediação Financeira		591.504	1.487.553	1.841.266
Operações de Crédito.....	7g	1.062.465	2.239.458	2.114.924
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	6a	33.710	124.261	102.542
Resultado de Operações de Câmbio.....		(3.141)	(3.389)	198
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros.....		(501.530)	(872.777)	(376.398)
Despesas de Intermediação Financeira		(326.817)	(415.176)	(123)
Operações de Captações no Mercado.....	13c	(326.817)	(415.176)	(123)
Resultado da Intermediação Financeira		264.687	1.072.377	1.841.143
(Despesa)/Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	7h	(487.298)	(991.533)	(827.584)
- Operações de Crédito.....		(526.905)	(1.013.768)	(831.571)
- Outros Créditos.....		39.607	22.235	3.987
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(222.611)	80.844	1.013.559
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		148.312	247.124	(387.465)
Receitas de Prestação de Serviços.....	18	768.994	1.481.663	1.394.706
Despesas de Pessoal.....	19	(10.015)	(19.645)	(25.839)
Outras Despesas Administrativas.....	20	(418.201)	(828.231)	(871.122)
Despesas Tributárias.....	21	(86.851)	(180.771)	(215.427)
Resultado de Participações em Coligadas.....	9	7.828	14.093	6.908
Outras Receitas Operacionais.....	22	242.379	545.203	211.839
Outras Despesas Operacionais.....	23	(314.696)	(700.551)	(824.303)
Despesas de Provisões.....		(41.126)	(64.637)	(64.227)
- Trabalhistas.....	15b	(10.939)	(12.288)	(1.193)
- Cíveis.....	15b	(28.651)	(50.459)	(60.516)
- Outras.....		(1.536)	(1.890)	(2.518)
Resultado Operacional		(74.299)	327.968	626.094
Resultado Não Operacional		89.643	327.968	626.102
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		14.344	655.936	1.252.196
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	24a	(89.643)	(91.598)	(230.795)
Lucro Líquido		15.344	236.370	395.507
Lucro por Lote de mil Ações		2,45	57,81	63,24

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(74.299)	327.968	626.102	
Ajustes ao Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos	674.637	1.323.330	1.032.274	
- Constituição/Reversão e Atualização Monetária com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	90.100	153.843	94.273	
Depreciações e Amortizações.....	104.972	191.474	116.868	
Resultado de Participações em Coligadas.....	(7.828)	(14.093)	(6.908)	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	487.298	991.533	827.584	
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa.....	64	313	(200)	
Outros.....	31	260	657	
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	600.338	1.651.298	1.658.376	
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	241.848	-	607.571	
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito.....	(611.765)	(1.199.220)	(1.128.794)	
(Aumento)/Redução em Outros Instrumentos Financeiros.....	(527.092)	(717.080)	(256.347)	
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	(137.620)	(711.178)	52.816	
(Aumento)/Redução em Recursos de Instituições Financeiras.....	(758)	(2.276)	(2.964)	
(Aumento)/Redução em Recursos de Instituições Financeiras.....	2.526.917	6.115.174	17.351	
(Aumento)/Redução em Outros Instrumentos Financeiros Passivos.....	189.198	193.112	(87.590)	
(Aumento)/Redução em Provisões.....	(37.441)	(72.328)	(603.639)	
(Aumento)/Redução em Outros Passivos.....	280.689	(318.848)	(166.909)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(47.618)	(156.667)	(1.297.149)	
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	2.476.566	5.321.987	1.297.149	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(1.472)	(1.463)	(2)	
Aquisição de Intangível.....	(1.960.033)	(2.059.517)	(95.001)	
Dividendos Recebidos.....	-	65	57	
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(1.961.505)	(2.060.915)	(94.946)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:				
Redução de Capital.....	-	(4.642.788)	-	
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos Pagos.....	-	(745.712)	(159)	
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	-	(5.388.500)	(159)	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	515.061	(2.127.428)	1.202.044	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	3.181	2.645.919	1.443.675	
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(64)	(313)	200	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	518.178	518.178	2.645.919	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	515.061	(2.127.428)	1.202.044	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradescard S.A. (Bradescard ou Instituição) está autorizado a operar com a carteira comercial e de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto. Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam nas demonstrações financeiras Consolidadas da Organização Bradesco. Nas Demonstrações financeiras do Bradescard, estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente daqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Bradescard evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 9 de março de 2023.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para os quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

No exercício de 2022, o Bradescard registrou Lucro Líquido de R\$ 236 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 429 milhões e Ativos Totais de R\$ 15.194 milhões.

A Instituição possui participação societária na empresa Imagra Imobiliária Agrícola Ltda. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Em 22 de junho de 2022 o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2022, que aprovou o aumento de capital social no montante de R\$ 45.111 mil, mediante capitalização do saldo da conta "Reserva Legal", sem emissão de novas ações nominativas-escriturais.

Em 22 de setembro de 2022 o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 19 de abril de 2022, que aprovou a redução de capital social no montante de R\$ 4.642.788 mil, mediante entrega do respectivo valor em moeda corrente nacional.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais mil				
	Nota	2022	2021	
Passivo				
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		9.594.538	3.288.528	
- Recursos de Clientes.....	13a	-	2.276	
- Recursos de Instituições Financeiras.....	13b	6.115.174	-	
- Outros Passivos Financeiros.....	13d	3.479.364	3.286.252	
Provisões	14	1.568.797	1.487.024	
- Outras Provisões.....	14	1.568.797	1.487.024	
Impostos Diferidos	24e	333.441	290.884	
Outros Passivos	16	3.268.617	3.722.575	
Total do Passivo		14.765.393	8.789.011	
Patrimônio Líquido				
- Capital Social.....	17a	265.000	4.862.677	
- Reservas de Lucros.....	17c	163.868	666.895	
- Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		(104)	(238)	
Total do Patrimônio Líquido		428.764	5.529.334	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		15.194.157	14.318.345	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil				
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2021	
Lucro Líquido do Período	15.344	236.370	395.507	
Itens que podem ser Reclassificados para o Resultado	94	154	(174)	
Outros Resultados Abrangentes.....	94	154	(174)	
Itens que não podem ser Reclassificados para o Resultado	-	-	-	
Resultado Abrangente do Período	15.438	236.504	395.133	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutárias	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.862.677	-	69.718	399.870	(64)	-
Ajustes Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	(174)	(174)
Juros sobre Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	(198.000)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	395.507
Destinações: - Reservas.....	-	-	19.765	177.542	-	(197.507)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.862.677	-	89.483	577.412	(238)	-
Aumento de Capital com Reservas.....	45.111	-	(45.111)	-	-	-
Redução de Capital em Espécie.....	(4.642.788)	-	-	-	-	(4.642.788)
Ajustes Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	134	134
Dividendos Pagos com Reservas.....	-	-	-	-	(577.412)	(577.412)
Juros sobre Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	(116.874)
Deliberado.....	-	-	-	-	-	236.370
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	(119.496)
Destinações: - Reservas.....	-	-	11.818	107.678	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	265.000	-	56.190			



Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4ª Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata die*).

p) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
 - Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.
- Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 37 e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Disponibilidades em moeda nacional.....	283	132
Disponibilidades em moeda estrangeira.....	2.963	2.933
Total de disponibilidades (caixa).....	3.246	3.065
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1).....	514.932	2.642.854
Total de caixa e equivalentes de caixa.....	518.178	2.645.919

(1) Referem-se às operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação eram iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentavam risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	1 a 30 dias	2022	2021
Aplicações no mercado aberto:			
Posição bancada.....	514.932	514.932	2.642.854
Notas do Tesouro Nacional.....	514.932	514.932	2.642.854
Total em 31 de dezembro de 2022.....	514.932	514.932	
%.....	100,0	100,0	
Total em 31 de dezembro de 2021.....	2.642.854	2.642.854	
%.....	100,0	100,0	

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

a) Modalidades e níveis de risco

	Níveis de risco										Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2022	2021	
Empréstimos e títulos descontados.....	11.203	1.046.840	382.344	380.028	362.038	263.299	233.177	208.390	722.536	3.609.855	3.214.238	
Subtotal.....	11.203	1.046.840	382.344	380.028	362.038	263.299	233.177	208.390	722.536	3.609.855	3.214.238	
Outros créditos (1).....	71.938	4.901.739	1.263.314	578.595	181.624	38.091	18.126	14.662	72.414	7140.503	6.423.053	
Subtotal.....	71.938	4.901.739	1.263.314	578.595	181.624	38.091	18.126	14.662	72.414	7140.503	6.423.053	
Total geral em 31 de dezembro de 2022.....	83.141	5.948.579	1.645.658	958.623	543.662	301.390	251.303	223.052	794.950	10.750.358	9.637.291	
Total geral em 31 de dezembro de 2021.....	16.420	5.091.491	1.070.135	1.774.420	387.534	215.025	151.589	129.816	800.861	10.750.358	9.637.291	

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende operações com cartão de crédito.

b) Composição das operações de crédito por nível de risco e fluxo de vencimento

	Níveis de risco										Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2022	2021	
Curso normal.....	83.140	5.948.580	1.556.099	807.531	534.202	88.373	43.316	32.855	137.805	9.031.901	8.246.925	
Parcelas vencidas.....	83.059	5.878.676	1.550.995	795.461	522.676	85.337	41.954	31.894	134.403	8.924.454	7.281.262	
1 a 30.....	26.083	1.944.816	465.006	213.212	81.518	21.454	10.100	8.052	41.990	2.812.231	1.770.802	
31 a 60.....	13.905	1.002.687	267.404	126.586	48.749	12.710	6.683	5.216	23.408	1.507.348	1.403.120	
61 a 90.....	9.181	638.501	175.183	83.620	31.414	7.847	4.111	3.195	12.825	965.877	901.753	
91 a 180.....	16.704	1.142.598	321.877	163.801	63.445	16.232	8.182	6.030	23.386	1.762.255	1.625.380	
181 a 360.....	11.930	814.288	224.276	128.568	53.652	13.969	6.649	4.898	18.444	1.276.674	1.130.370	
Acima de 360.....	5.256	335.786	97.249	79.674	43.898	13.125	6.229	4.503	14.349	600.069	449.477	
Vencidas até 14 dias.....	81	69.904	5.104	12.070	11.526	3.036	1.362	961	3.403	107.447	965.663	
Curso anormal.....	-	-	89.560	151.093	209.460	213.018	207.987	190.197	657.142	1.718.457	1.390.366	
Parcelas vencidas.....	-	-	69.217	129.621	197.634	208.986	206.058	188.815	652.403	1.652.734	1.342.426	
1 a 14.....	-	-	-	3	2	2	1	2	9	18	32	
15 a 30.....	-	-	69.217	14.647	12.255	3.882	1.707	1.353	4.403	107.463	99.671	
31 a 60.....	-	-	-	114.971	29.514	11.570	5.947	3.894	12.497	178.393	138.916	
61 a 90.....	-	-	-	-	155.863	13.815	6.331	3.834	11.171	191.014	158.234	
91 a 180.....	-	-	-	-	-	179.717	192.072	179.732	63.616	615.137	423.584	
181 a 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	560.708	560.708	521.980	
Parcelas vencidas.....	-	-	20.343	21.472	11.826	4.032	1.929	1.383	4.738	65.723	47.940	
1 a 30.....	-	-	3.627	4.177	3.190	1.497	698	457	1.639	15.285	6.870	
31 a 60.....	-	-	600	535	401	144	78	58	202	2.018	1.722	
61 a 90.....	-	-	708	619	398	137	75	56	180	2.173	1.940	
91 a 180.....	-	-	1.919	1.756	1.063	344	185	140	451	5.858	5.513	
181 a 360.....	-	-	4.066	4.138	2.115	596	297	239	871	12.322	10.687	
Acima de 360.....	-	-	9.423	10.247	4.659	1.314	596	433	1.395	28.067	21.208	
Total geral.....	83.141	5.948.579	1.645.658	958.623	543.662	301.390	251.303	223.052	794.950	10.750.358	9.637.291	
Provisão mínima requerida.....	-	29.743	16.457	29.743	54.366	90.417	125.652	156.136	794.949	1.296.479	1.160.180	
Provisão complementar.....	-	5.191	32.749	67.008	108.678	60.248	50.236	66.892	-	391.002	339.372	
Provisão existente.....	-	34.934	49.205	95.766	163.044	150.665	175.887	223.029	794.951	1.687.481	1.499.552	

c) Segregação de prazo por operação

	Em dia	Atraso até					Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		14 dias	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias	2022
Total em 31 de dezembro de 2022.....	8.464.688	340.812	539.915	212.105	628.450	564.388	-	10.750.358
Total em 31 de dezembro de 2021.....	7.740.951	309.444	454.484	176.020	431.940	524.452	-	9.637.291

d) Concentração de operações de crédito e outros créditos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2022	% (1)	2021	% (1)
Maior devedor.....	1.390	-	642	-
Dez maiores devedores.....	5.616	-	2.976	0,2
Vinte maiores devedores.....	8.521	0,1	4.136	0,3
Cinquenta maiores devedores.....	13.628	0,1	6.369	0,5
Cem maiores devedores.....	19.011	0,2	9.011	0,7

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

e) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2022	%	2021	%
Setor privado.....	10.750.358	100,0	9.637.291	100,0
Pessoa jurídica.....	558	-	45	-
Pessoa física.....	10.749.800	100,0	9.637.246	100,0
Total.....	10.750.358	100,0	9.637.291	100,0

f) Movimentação da carteira de renegociação

	R\$ mil	
	2022	2021
Saldo inicial do exercício.....	494.064	538.236
Renegociação.....	1.388.925	1.438.406
Recebimentos.....	(1.146.477)	(1.445.098)
Baixas.....	(48.794)	(37.480)
Saldo final do exercício.....	687.718	494.064
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	329.878	309.157
Percentual sobre a carteira de renegociação.....	48,0	62,6

g) Receitas de operações de crédito

	R\$ mil	
	2022	2021
Empréstimos e títulos descontados.....	1.938.991	1.728.628
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1).....	300.467	386.296
Total.....	2.239.458	2.114.924

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve cessão de crédito no montante de R\$ 3.974.839 mil, sendo operações ativas R\$ 964.796 mil e operações já baixadas para prejuízo no montante de R\$ 3.010.040 mil (R\$ 2.147.529 mil em 2021), sem retenção de riscos e benefícios, cujo valor de venda total foi de R\$ 304.103 mil (R\$ 250.260 mil em 2021).

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Quantidade de cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social %	Lucro líquido	Resultado de equivalência patrimonial			
						2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro		2021
							2022	2022	
Imagra Imobiliária Agrícola Ltda.....	215.250	438.373	77.321	35,921415	39.233	7.828	14.093	6.908	
Total.....	215.250	438.373	77.321		39.233	7.828	14.093	6.908	

10) IMOBILIZADO DE USO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	Taxa		Custo líquido de depreciação		Quantidade de cotas possuídas (em milhares)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Instalações, móveis, máquinas e equipamentos.....	10%	1.158	(4)	1.154	568	
Sistema de processamento de dados.....	20%	39.519	(38.653)	866	1.117	
Total em 31 de dezembro de 2022.....		40.677	(38.657)	2.020		
Total em 31 de dezembro de 2021.....		40.178	(38.493)	1.685		

11) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	Taxa (1)	Custo	Amortização	Impairment (3)	Custo líquido de amortização	
					2022	2021
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros.....	Contrato	1.417.524	(21.032)	-	1.396.492	-
Software (2).....	20%	425.962	(345.142)	-	80.820	41.738
Acordos operacionais.....	-	1.34				



Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4ª Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Banco Bradescard não têm valores individuais relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de sucesso provável, considerando a opinião de assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é:

- PIS e Cofins no montante de R\$ 1.483.772 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 1.396.976 mil) pleiteia calcular e recolher as referidas contribuições sobre as receitas de prestação de serviços (faturamento), afastando a aplicabilidade dos Artigos 3º, § 1º e 8º da Lei nº 9.718/98 e ainda, recolher a Cofins utilizando a alíquota de 2% prevista na LC 70/91.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões - Despesas de provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.133	68.906	1.396.976
Atualização monetária	336	3.964	86.796
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	12.288	50.459	-
Pagamentos	(11.793)	(59.275)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.964	64.054	1.483.772

(1) Compreende, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 101.437 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 108.895 mil) para os processos cíveis e R\$ 285.604 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 107.482 mil) para os processos fiscais.

O principal processo fiscal com essa classificação é:

- IRPJ e CSLL - Ano-base de 2008 a 2013 - R\$ 52.760 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 49.158 mil): lançados sobre glosa de amortização de ação na aquisição de investimento.

16) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Operações relacionadas a cartão de crédito	3.102.307	3.395.284
Sociais e estatutárias	99.343	168.300
Passivo de receita diferida	44.057	7.962
Impostos e contribuições a recolher	22.826	150.775
Outros	84	254
Total	3.268.617	3.722.575

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 265.000 mil (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 4.862.677 mil), está representado por 6.251.374.560 (Em 31 de dezembro de 2021 - 6.251.374.560) ações nominativas-escriturais, sendo 3.125.687.280 (Em 31 de dezembro de 2021 - 3.125.687.280) Ordinárias e 3.125.687.280 (Em 31 de dezembro de 2021 - 3.125.687.280) Preferenciais.

Em 22 de junho de 2022 o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2022, que aprovou o aumento de capital social no montante de R\$ 45.111 mil, mediante capitalização do saldo da conta "Reserva Legal", sem emissão de novas ações nominativas-escriturais.

Em 22 de setembro de 2022 o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de abril de 2022, que aprovou a redução de capital social no montante de R\$ 4.642.788 mil, mediante entrega do respectivo valor em moeda corrente nacional.

b) Movimentação do capital social

	R\$ mil			
	2022		2021	
	Quantidade de ações	2021	2022	2021
Início do período	6.251.374	6.251.374	4.862.677	4.862.677
Aumento de capital com reserva (1)	-	-	45.111	-
Redução de capital em espécie	-	-	(4.642.788)	-
Final do período	6.251.374	6.251.374	265.000	4.862.677

(1) Em 22 de junho de 2022 o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2022, que deliberou o aumento de capital social no montante de R\$ 45.111, mediante capitalização do saldo da conta "Reserva Legal", sem emissão de novas ações nominativas-escriturais.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Reservas de lucros	163.868	666.895
- Reserva legal (1)	56.190	89.483
- Reservas estatutárias (2)	107.678	577.412

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em até 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Em 26 de dezembro de 2022, foram deliberados juros sobre o capital próprio de R\$ 116.874 mil, conforme deliberado em Ata da Reunião da Diretoria realizada em 26 de dezembro de 2022, que serão pagos até 30 de junho de 2023.

e) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
	2022	2022	2021
Rendas com cartões de crédito (1)	427.903	864.732	908.375
Comissões	252.902	498.419	449.872
Rendas de antecipação de obrigações	88.189	118.512	36.459
Total	768.994	1.481.663	1.394.706

(1) Inclui tarifas bancárias e anuidades.

19) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil			
	2º Semestre 2022		Acumulado em 31 de dezembro	
	2022	2022	2021	2021
Proventos	5.553	10.899	14.087	14.087
Benefícios	2.021	3.840	5.346	5.346
Encargos sociais	1.853	3.419	4.173	4.173
Participação dos empregados no lucro	552	1.428	2.125	2.125
Outros	36	59	108	108
Total	10.015	19.645	25.839	25.839

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil			
	2º Semestre 2022		Acumulado em 31 de dezembro	
	2022	2022	2021	2021
Serviços de terceiros	148.157	313.444	377.653	377.653
Depreciações e amortizações	104.972	191.474	116.868	116.868
Processamentos de dados	96.128	177.415	199.823	199.823
Comunicações	45.697	99.046	118.727	118.727
Transporte	9.357	19.861	25.299	25.299
Propaganda, promoções e publicidade	6.786	10.827	12.872	12.872
Serviços do sistema financeiro	4.019	8.429	7.093	7.093
Manutenção e conservação de bens	2.170	5.165	4.460	4.460
Materiais e energia	364	719	3.874	3.874
Aluguéis e arrendamento de bens	-	283	1.499	1.499
Viagens	134	238	36	36
Outras	417	1.530	2.918	2.918
Total	418.201	828.231	871.122	871.122

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
	2022	2022	2021
Contribuição à Cofins	61.542	128.521	130.098
Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	13.617	27.704	61.703
Contribuição ao PIS	10.001	20.888	21.148
Outras	1.691	3.658	2.478
Total	86.851	180.771	215.427

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
	2022	2022	2021
Reversões de provisões operacionais	174.100	421.847	149.311
Atualização monetária ativa	60.730	108.953	32.824
Recuperação de encargos e despesas	5.524	11.748	10.508
Outras	2.025	2.655	19.196
Total	242.379	545.203	211.839

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
	2022	2022	2021
Despesas de comercialização de cartão de crédito	104.065	279.383	362.377
Descontos concedidos em renegociações	79.588	157.095	277.168
Atualização monetária passiva	56.242	126.825	33.845
Despesas de serviços de associados	43.981	82.707	86.651
Perdas operacionais	11.124	18.656	12.654
Outras	19.696	35.885	51.610
Total	314.696	700.551	824.303

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
	2022	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(74.301)	327.968	626.102
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g)	33.435	(147.585)	(281.746)

Efeito no cálculo dos tributos:			
	R\$ mil		
	2022	2021	2021
Participações em coligadas	3.523	6.342	3.109
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	768	(2.298)	(14.660)
Juros sobre o capital próprio pagos	52.593	52.593	89.100
Outros valores	(676)	(650)	(26.598)
Imposto de renda e contribuição social do período	89.643	(91.598)	(230.795)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
	2022	2022	2021
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	105.584	(72.979)	(153.475)
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período, sobre adições e exclusões temporárias	(15.941)	(18.619)	(77.320)
Total dos impostos diferidos	(15.941)	(18.619)	(77.320)
Imposto de renda e contribuição social do período	89.643	(91.598)	(230.795)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2021	Constituição	Realização	2022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	689.099	519.627	(379.826)	828.900
Provisões fiscais	604.266	39.058	-	643.324
Provisões cíveis	31.008	1.784	(3.968)	28.824
Provisões trabalhistas	2.760	374	-	3.134
Impairment de títulos e investimentos	102.541	-	(94.394)	8.147
Outros	73.673	1.912	(60.629)	14.956
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 3g)	1.503.347	562.755	(538.817)	1.527.285
Obrigações fiscais diferidas (Nota 24e)	290.884	42.557	-	333.441
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	1.212.463	520.198	(538.817)	1.193.844

Tendo em vista o curto período de vigência da elevação da alíquota da CSLL, determinada pela Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, a mesma não trouxe impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras.

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	R\$ mil			
	Diferenças temporárias		Total	
	Imposto de renda	Contribuição social		
2023	469.035	375.228		844.264
2024	8.535	6.828		15.363
2025	4.381	3.504		7.885
2026	3.800	3.040		6.841
2027	2.669	2.135		4.804
2028	2.669	2.135		4.804
2030	367.732	275.592		643.324
Total	858.821	668.464		1.527.285

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada com a expectativa de lucros contábeis. A partir do ano calendário 2025, foram contempladas as novas regras de perdas incorridas no recebimento de créditos, instituídas pela Lei nº 14.467/2022.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dos créditos tributários calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 1.362.327 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 1.453.447 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários do Banco Bradescard foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2021	Constituição	Realização	2022
Atualização de depósitos judiciais	290.884	42.557	-	333.441
Total dos impostos diferidos (Nota 24c)	290.884	42.557	-	333.441

25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas

...continuação



Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4ª Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas do

Banco Bradescard S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradescard S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradescard S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Conforme apresentado na nota explicativa nº 7 a Instituição registrou em 31 de dezembro de 2022, R\$ 1.687.481 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito, que compreendem, as operações de crédito e outros.

Para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa a Instituição classifica as operações de crédito em nove níveis de risco ("ratings"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias, dias de atraso e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "A" o risco mínimo e "H" o risco máximo, aplicando os respectivos percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada *rating*.

Adicionalmente, a Instituição complementa suas estimativas (provisão complementar) por meio de estudos internos baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, de forma a refletir a sua expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

Consideramos a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo, envolvidos na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de crédito e na determinação da provisão complementar.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo.

Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais, relacionados aos processos: (i) desenvolvimento, aprovação e aplicação das metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações; (ii) definição, aprovação e aplicação das principais premissas utilizadas na atribuição dos *ratings*, incluindo aqueles relacionados a revisão individualizada da análise de risco de crédito e a governança estabelecida para respectiva aprovação.

Adicionalmente, para os clientes avaliados individualmente, analisamos com base em amostragem (por critérios estatísticos e itens específicos), os dados que suportam a definição e revisão dos *ratings* dos clientes pela Instituição, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, verificando a aderência desta atribuição de *rating* em relação às políticas internas da Instituição. Para os clientes avaliados de forma massificada, testamos a atribuição das classificações de *ratings* de acordo com as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco de cada cliente. Avaliamos também, as metodologias e premissas utilizadas para a determinação da provisão complementar, que incluem a avaliação da Instituição quanto ao aumento da inadimplência aumento no índice de desemprego, entre outros.

Analisamos, por amostragem estatística, o cálculo aritmético da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como *ratings* mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior *rating* para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do *rating* anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes - Fiscais e cíveis

Conforme descrito nas notas explicativas nº 15, a Instituição é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais e cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades, com as respectivas provisões registradas nas demonstrações contábeis individuais nos montantes de R\$ 1.483.772 mil e R\$ 64.054 mil, respectivamente.

Para certos processos fiscais e cíveis, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito.

Nós consideramos a mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes como um principal assunto de auditoria, devido ao grau de julgamento, envolvido na determinação dos métodos e premissas utilizados para mensurar as provisões de passivos contingentes.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumido abaixo.

Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes, incluindo controles relacionados à avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais fiscais e cíveis.

Para certos processos cíveis e fiscais, analisamos as provisões reconhecidas e os valores divulgados, considerando a avaliação dos consultores jurídicos internos e externos, bem como dados e informações históricas e jurisprudência relacionadas aos processos em questão e outros processos similares.

Obtivemos e avaliamos as confirmações recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos para ações fiscais, que incluíam uma avaliação da probabilidade de perda e a estimativa do valor da perda, bem como as avaliações de probabilidade de perda e mensuração de risco recebidas dos consultores jurídicos internos para determinados processos cíveis. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pela Instituição e avaliamos a suficiência das divulgações relativas a contingências cíveis e fiscais em relação a esses assuntos.

Para as ações cíveis, testamos a suficiência de provisão através do histórico de desembolsos efetivos para processos encerrados no exercício com os valores anteriormente provisionados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal e cível, no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

As demonstrações contábeis individuais incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 1.527.285 mil (nota explicativa nº 24c) cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura.

Essas projeções são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pela Instituição, e exigem a adoção de uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, como taxas de juros, taxas de câmbio e taxas de impostos aplicáveis, podem ter um impacto significativo nas projeções e, conseqüentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Consideramos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento necessário para avaliar as projeções de lucros tributáveis futuros e as principais premissas subjacentes.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o seguinte:

Testamos o desenho e efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo da Instituição para avaliar a recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas-chaves para a elaboração do orçamento e às projeções finais de lucros tributáveis pela Instituição.

Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e as divulgações efetuadas pela Instituição nas demonstrações contábeis individuais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Instituição para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Instituição e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6

Gustavo Mendes Bonini

Contador CRC 1SP-296875/O-4

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 10/03/2023

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/10/BRADDESCARD1568128510032023.pdf>

Hash:1678402561ea0762d19f624247b8c15e00a1f645ae